

# agit

JORNAL DA JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA  
Nº131 MARÇO 2021

## XII Congresso da JCP

15 e 16 de Maio, realizar-se-á o XII Congresso da JCP. É um congresso que se constrói nas ruas e nas reuniões, que se quer não de um punhado de camaradas, mas sim de toda a organização, que não vem do vácuo, mas da profunda e democrática discussão interna.

Pág. 11

# TODA A ORGANIZAÇÃO É CHAMADA DISCUSSÃO DO PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA



**12** **congresso**  
15-16 DE MAIO 2021 - ATENEU ARTÍSTICO, VILA FRANCA DE XIRA  
MIL LUTAS NO CAMINHO DE ABRIL  
ORGANIZAR - TRANSFORMAR

# ESTADOS DE EMERGÊNCIA

## FICHA TÉCNICA

### COLECTIVO DO AGIT

Beatriz Machado  
Gonçalo Costa  
Gonçalo Veiga  
Hugo Marques  
Luís Miranda  
Maria Almeida  
Miguel Bernardino  
Miguel Cosme  
Ricardo Ferraz

### PARTICIPAM NESTA EDIÇÃO

Afonso Sabença  
Beatriz Machado  
Bruno Martins  
David Soares  
Hugo Marques  
Gonçalo Veiga  
Luís Miranda  
Luís Silva  
Maria Almeida  
Miguel Cosme  
Mónica Mendonça  
Milene Vale  
Luís Miranda  
Regina Cerqueira  
Ricardo Ferraz

**T**ENS ALGUMA  
FOTOGRAFIA  
OU TEXTO  
QUE GOSTASSES DE VER  
PUBLICADO NO **AGIT** ?

Envia as tuas sugestões  
para [agit@jcp.pt](mailto:agit@jcp.pt)

## N O DIA

18 de Março de 2020, foi decretado o primeiro estado de emergência em Portugal desde 1975. A pretexto da pandemia do COVID-19, Governo e Presidente da República afirmaram que o combate à mesma só encontraria no Estado de Emergência a moldura legal necessária para a adopção de medidas que salvassem “ a saúde pública e a vida de todos os portugueses.” Para o PCP, a declaração do Estado de Emergência, estava e está dependente da existência de um quadro excepcional que justifique a adopção de um mecanismo legal que limita e serve de pretexto para ataques a direitos, liberdades e garantias. No último ano, o poder legislativo e executivo não se coibiu de aplicar medidas restritivas, que afectaram mais de um milhão de famílias, muitas delas sujeitas ao teletrabalho, filhos em casa em ensino à distância

ou à sua guarda. As consequências destas medidas, fazem-se sentir não só nas condições gerais de saúde dos portugueses, como constituem um factor de aprofundamento das desigualdades no que diz respeito, por exemplo, à educação. O encerramento das escolas e Instituições de Ensino Superior e a aposta no ensino à distância significa um novo passo atrás no processo de ensino-aprendizagem, não existindo uma resposta à altura por parte do Estado no colmatar das desigualdades, que se aprofundaram no último ano e que ignoraram as diferentes necessidades pedagógicas, materiais e sociais dos estudantes e das suas famílias.

Após quatorze estados de emergência, reafirmamos que a verdadeira resposta à pandemia, só poderá passar pela afirmação de uma política alternativa, que coloque os interesses dos trabalhadores e do povo como prioridade. A manutenção e perpetuação

do Estado de Emergência não passa uma opção política por parte PS, que não abdica das políticas de direita e ajudou a chumbar medidas essenciais para fazer frente às consequências económicas e sociais provocadas pela crise sistémica, catalisada pela COVID-19, e que encontra no recurso ao discurso do pânico e o medo, a carta branca para a subjugação do país aos interesses do grande capital. Tal opção fica clara com as borlas fiscais concedidas às grandes empresas no Orçamento de Estado Suplementar de 2020 e que se mantém na recusa em enfrentar a oposição das farmacêuticas à suspensão de patentes das vacinas contra a COVID-19. Urge pôr em prática as medidas propostas pelo PCP e aprovadas no âmbito do Orçamento de Estado de 2021, que devem servir de base para o reforço do SNS e para o reforço do investimento público nos mais diversos sectores da sociedade, podendo dessa forma, retomar, com as condições e regras sanitárias necessárias, a vida económica, social, cultural e desportiva do país.

**O** ÚLTIMO ANO foi profundamente marcado pela aceleração da crise do capitalismo e consequentemente do aumento dos problemas da juventude, devido à situação epidemiológica mundial. No entanto, os problemas não desapareceram. Por isso, tal como os trabalhadores continuaram a produzir, também os jovens comunistas prosseguiram com sua atividade pela defesa e conquista de direitos.

■ A Festa do Avante! reafirmou-se com uma ainda maior importância, tendo sido realizada com alegria, tranquilidade e segurança, mostrando mais uma vez a capacidade de organização do colectivo partidário.

■ O XXI Congresso do PCP realizou-se com toda a segurança em Novembro, apesar de toda a ofensiva montada contra o mesmo pelos meios de CS ao serviço do grande capital. Salientamos o contributo da JCP, quer na sua construção ao longo de vários meses, discutindo e apresentando propostas, quer pela sua presença e contributo para a realização do mesmo.

■ Destacamos também, a marcação do 12º Congresso da JCP a 15 e 16 de Maio cuja construção será ligada à vida, à luta e às justas aspirações dos jovens portugueses.

■ No dia 24 de Janeiro, travamos a importante batalha das eleições presidenciais. Muitas foram as iniciativas e ações de contactos realizadas, mais de 500 jovens tomaram como sua a candidatura de João Ferreira, o único candidato que se propôs a “Cumprir e fazer cumprir a constituição” de Abril, que queremos rever na nossa vida enquanto jovens estudantes e trabalhadores.

■ O ano lectivo iniciou-se num quadro de incerteza, velhos problemas persistem e novos se levantam. A 10 de outubro, realizaram-se os plenários nacionais do ensino superior e secundário, onde participaram dezenas de jovens que discutiram problemas e linhas de trabalho para combater injustiças e arbitrariedades que colocavam em causa a democracia nas instituições. Devido ao aumento do número de infetados e à falta de capacidade das instituições de ensino de assegurar todas as medidas de segurança necessárias, nomeadamente fruto da falta de funcionários que assegurem a limpeza dos espaços, as Instituições de Ensino fecharam novamente no início de 2021. Acrescenta-se ainda a falta de preparação do governo para assegurar condições dignas de estudo a todos os jovens neste regresso às aulas à distância. Revela-se assim imperativo dar continuidade à luta que tem vindo a decorrer pelo regresso rápido às escolas de forma segura.

■ No ensino secundário sob o pretexto da pandemia e de sucessivos decretos de Estado de Emergência, muitas direções de escolas procuraram reduzir ainda mais a democracia interna, nomeadamente colocando entraves à realização de RGA e de processos eleitorais, sucedendo que hoje ainda são muitas as escolas sem associação de estudantes. Os jovens organizaram-se para lutar contra as injustiças e em muitos casos saíram vitoriosos, tendo conseguido realizar eleições para as AAEE no primeiro período. No ensino superior, várias foram as preocupações levantadas relativamente ao regime misto (presencial e online) de ensino. Sendo ainda maiores as dificuldades hoje (em regime totalmente online) fruto da falta de acesso a computador e internet, bem como das

# DEFESA E CONQUISTA DE DIREITOS !

dificuldades de realizar disciplinas práticas em casa. Os velhos problemas de falta de financiamento e de ação social escolar mantiveram-se, e outros surgiram como a colocação de entraves à realização de processos eleitorais, por isso os estudantes uniram-se por todo o país para reivindicar melhores condições. Destacando-se as lutas em Lisboa, Porto e em Coimbra, com as mais diversas bandeiras. À semelhança do que acontece noutros ciclos, luta-se pelo regresso à normalidade em segurança, luta que terá importância redobrada no dia 24 de Março, dia do estudante.

■ Os jovens trabalhadores, são os que mais têm sentido as consequências do agravar das condições de vida e do ataque a direitos. A precariedade, agravada com o aumento do período experimental, os baixos salários, as dificuldades na emancipação. São alguns dos problemas em torno dos quais estes jovens se uniram. A 26 de Dezembro, realizou-se a manifestação da CGTP, à qual, estes deram um importante contributo, a 5 de novembro na conferência da Interjovem, se reforçaram para o desenvolvimento da luta. E no passado dia 25 de Fevereiro deu-se continuidade à luta.

■ A JCP reafirma o seu compromisso com a luta dos jovens por melhores condições de vida, de estudo e de trabalho. É hora de juntar força à luta por um mundo novo, livre de opressão e exploração.

## 46

anos após a Revolução de Abril, assistimos a ameaças constantes às liberdades democráticas nas escolas e à luta dos estudantes.

Com o aumento da mobilização estudantil, aumentam os ataques às liberdades democráticas dos estudantes, com o objetivo de impedir a sua organização e luta pela escola a que têm direito. A epidemia foi pretexto para muita coisa e também

para ataques à democracia nas escolas. Muitas foram as escolas onde não se realizaram eleições para a Associação de Estudantes. Em alguns casos, por decreto ilegítimo das direcções escolares, noutros pela falta de respostas e garantias para que os estudantes se sentissem seguros e motivados no exercício de um dos seus direitos.

Mas bem sabemos que os problemas não são de agora.

Os estudantes organizam-se em Associações de Estudantes, mas vêem as suas ações frequentemente sabotadas pelas direcções escolares, que interferem no programa e no processo eleitoral. Chegam mesmo a restringir o número de alunos autorizados a votar e

falta de  
democracia  
nas escolas

IMPORTÂNCIA  
DA LUTA!

“*Quanto mais democrática for a escola, mais democrático será o país*”

a interferir na contagem dos votos!

Injustificadamente, são impedidas RGA's e Assembleias de Turma ou mesmo acções de luta. Com o impedimento das RGA's, por exemplo através da não disponibilização de salas ou do impedimento da passagem e divulgações de abaixo-assinados, os alunos são obrigados a recorrer a soluções improvisadas como fazê-las à entrada das escolas. Por outro lado, não raras vezes procuram contrariar qualquer espírito reivindicativo e advertem os estudantes só por terem a coragem de não ficar calados

perante algum problema ou injustiça.

Nas eleições em algumas escolas assistimos a um elevado nível de abstenção. E porquê? Porque os alunos não são ouvidos. Não falam das suas necessidades, não são estimulados a participar e a repensar aquilo que lhes é dito dogmaticamente e deixam de ter esperança na mudança, olhando-a como uma utopia. Dão o "caso por perdido" e limitam-se a aceitar.

Por isto, a luta dos estudantes é tão importante nas escolas. Pela criação de uma consciência de luta e de crença



– por acreditarem que é possível combater a campanha do medo e afirmar que a luta é, efetivamente, o único caminho. Por isto, a intervenção dos comunistas é indispensável, construindo essa luta com todos os estudantes, introduzindo os problemas e as soluções nestes processos eleitoral que muitos queriam tornar inócuos.

A epidemia e as medidas implementadas tornam ainda mais relevante a pergunta – como é possível que os alunos, no local onde passam uma grande parte do seu dia, não tenham liberdade para se associarem, para discutirem, para agir e para lutar? Quanto mais democrática for a escola, mais democrático será o país.

# TELE-AULAS NO ENSINO SUPERIOR ANTE-CÂMARA DO TELE-TRABALHO

**A** ASSISTIMOS desde há vários anos a sucessivos ataques ao Ensino Superior Público gratuito, de qualidade e

para todos, constitucionalmente previsto, através do pagamento de propinas, da carência de apoios sociais e do subfinanciamento a qual as Instituições de Ensino Superior estão sujeitas. Com a actual situação pandémica, estes problemas agravaram-se e levaram a uma maior elitização deste nível de ensino. Contudo, embora não sendo totalmente novos quanto ao objectivo da sua criação, problemas com novas feições surgiram, tal como as tele-aulas.

■ Sem grande esforço conseguimos perceber que as tele-aulas no Ensino Superior, iniciadas no segundo semestre do ano letivo 2019/2020 deram jeito para esconder a efectiva falta de condições materiais e humanas necessárias para conseguir leccionar aulas presencialmente e em segurança para todos. É impossível negar que houvesse um maior financiamento proveniente do Orçamento de Estado para o Ensino Superior e para as suas instituições e seria possível contratar mais professores, melhorar as condições das salas de aula e até aumentar o

número destas, permitindo o leccionamento de aulas presenciais com condições e em segurança para todos.

■ Ao invés, o que se observa é uma imposição de tele-aulas, com os estudantes em dificuldades de atenção e de acompanhamento, muitos sem acesso às condições materiais necessárias, aumentando as desigualdades que já existiam no acesso ao ensino superior e à educação. Ou seja, mais uma vez, também com a criação das tele-aulas se espelha a desresponsabilização do Governo da criação de condições que possibilitem que o Ensino Superior seja de qualidade e igualitário.

■ Começa-se assim a aplicar um padrão aos estudantes do

Ensino Superior que os esperamos locais de trabalho. Ora vejamos: também no tele-trabalho, tão badalado nos últimos meses e divulgado como a melhor revolução na vida laboral, os trabalhadores são forçados a trabalhar a partir de casa, muitas vezes apenas com as condições que aí tiverem, isolados para não reunirem nem comunicarem entre si. Já no Ensino Superior se estão a preparar os futuros explorados do grande Capital, ao qual interessa a diminuição dos custos associados ao trabalho presencial e a divisão dos trabalhadores.

■ Neste quadro, a luta por mais financiamento para o Ensino Superior e contra as tele-aulas deve continuar, alertando simultaneamente



“  
a luta por mais  
financiamento  
para o Ensino  
Superior e contra  
as tele-aulas  
deve continuar,  
alertando  
simultaneamente  
para o perigo  
do tele-trabalho

# ENSINO PROFISSIONAL COM DIREITOS!

**N**O QUADRO dos impactos da epidemia da Covid-19 na educação, volta a registar-se, à semelhança do que se sucedeu no passado ano lectivo, grande incerteza quanto ao decorrer das actividades escolares, particularmente das avaliações.

❑ O ensino à distância não garante o acesso à aprendizagem de muitos estudantes

sem meios para ter aulas ou para estudar. Por outro lado, há que garantir que os estudantes não são prejudicados com a reposição de módulos ou na execução dos seus estágios.

❑ Na actual fase é essencial que se garantam as condições para o retorno, logo que possível, ao ensino presencial, assegurando o cumprimento das regras de higiene e segurança nas escolas, como o distanciamento físico, que não é possível devido à falta de espaço das salas e no

“

*Tudo isto vem no sentido de ataque aos direitos dos estudantes do Ensino Profissional e desvalorização deste sistema de ensino.*

número elevado de alunos por turma. Falta de espaços que também impede que os alunos possam fazer as suas refeições respeitando as devidas medidas de prevenção. Isto resulta da degradação das condições materiais das escolas, que já eram manifestamente insuficientes.

❑ Observámos durante o primeiro período a tentativa de imposição de ataques à participação democrática dos estudantes, num momento em que tudo serve de pretexto para retirar direitos. Exemplo disto é a existência de direcções de escolas que vêm hipocritamente invocar razões sanitárias para

impedir as eleições para as AEs. Por outro lado, somam-se cortes que não olham a quem se está a prejudicar, com muitos estudantes a perder este ano o subsídio de alimentação, ao mesmo tempo em que se cortam salários e rendimentos das suas famílias, com muitos trabalhadores em layoff e o aumento do desemprego.

❑ Já tivemos o exemplo do ano lectivo anterior em que vimos que o ensino à distância não é nem será uma solução para os estudantes, pois as disciplinas práticas não podem ser feitas online, pelo que teriam de ser dadas

condições para estudar e sem que os estudantes sejam prejudicados.

❑ Tudo isto vem no sentido de ataque aos direitos dos estudantes do Ensino Profissional e desvalorização deste sistema de ensino. É, por isso, importante que estes se unam para que juntos possam fazer a diferença e dar força à luta para que se oiçam os estudantes e se cumpra o que é seu por direito.

# “NOVAS” (VELHAS) FORMAS DE EXPLORAÇÃO

## JUVENTUDE

**A** continua a ser aquela que mais exposta está à instabilidade laboral e continua cada vez mais a enfrentar novos métodos de exploração e precaridade.

Quando falamos nestes novos mecanismos de extrema exploração e precaridade, falamos do trabalho pelas conhecidas plataformas digitais como a Glovo, Uber, Uber eats e outras.

Esta nova realidade tem sido apresentada aos jovens trabalhadores como o perfeito e ideal para quem não pretenda

ou não tenha possibilidade de ter um trabalho a tempo inteiro, para quem procura um horário flexível sem preocupações, um trabalho em que consigam conciliar a sua vida profissional com a vida pessoal e, mais importante e deslumbrante que isso, para que sejam donos e patrões de si próprios. O perfeito para trabalhar onde, quando e como se quer.

A verdade é que este novo e sedutor mundo do trabalho é simplesmente a forma mascarada que o capital tem de continuar a explorar os trabalhadores, e a vontade que tem de voltar atrás ao tempo de quando os

trabalhadores não tinham quaisquer direitos laborais e proteção, quando não haviam documentos e formas legais que estabelecem limites e que regulam o trabalho no nosso país.

Estes trabalhadores para além de não terem contrato de trabalho com estas plataformas/empresas que os proteja e regule as suas condições de trabalho, não têm qualquer proteção em acidentes de trabalho, medicina do trabalho, direito ao acesso a baixa médica por doença, subsídios de férias e subsídio de natal. São trabalhadores e só recebem por entrega que façam, o que

significa que trabalham se for preciso mais de 14h por dia sem direito a intervalo de descanso diário legal ou a descanso semanal, para que consigam receber no mês o correspondente a um salário.

Para além de serem explorados e mal pagos, todas as despesas inerentes ao trabalho que desempenham como o carro, mota ou bicicleta, o combustível e até mesmo todas as ferramentas de trabalho, mochilas e telemóvel, são os próprios trabalhadores que as têm de custear.

“ *A verdade é que este novo sedutor mundo do trabalho é simplesmente a forma mascarada que o capital tem de continuar a explorar os trabalhadores* ”

São estas condições que verdadeiramente caracteriza estas relações de trabalho que nos querem fazer crer que são inovadoras, fáceis e confortáveis.

É por tudo isto e por todas as condições precárias em que se encontram estes trabalhadores, que a JCP e o PCP as denunciaram. Exige-se que estes trabalhadores, maioritariamente jovens, tenham contratos de trabalho com as empresas a quem prestam trabalho. Exige-se que tenham os mesmos direitos laborais e proteção no trabalho como qualquer trabalhador tem que ter em Portugal.



# O FUTURO TEM PARTIDO



**D**ESDE Março de 2020 que vimos a assinalar o centenário do PCP. Um partido que nasceu para ser

diferente e diferentemente responder a uma necessidade histórica do movimento operário português: ter uma organização política capaz de concretizar a sua aspiração à construção de uma sociedade nova, à realização de uma terra sem amos, liberta da exploração e da opressão.

Porque é do PCP que falamos, 6 de Março de 2021 não é apenas mais uma data ou efeméride, nem tão pouco o vasto programa de comemorações ao qual o coletivo partidário e a JCP têm que dar resposta pode

ser encarado como uma outra qualquer necessidade ou tarefa.

É um momento diferente. É a confirmação pela prática que, volvidos 100 anos do acontecimento mais marcante da história do movimento operário português, a marcha da história não foi interrompida, o sonho é, todos os dias, possível de ser concretizado em vida. Na escola pelo fim dos exames nacionais e pelas obras tão necessárias, no trabalho contra a precariedade e os baixos salários, no ensino superior pelo fim da propina, no acesso à cultura, ao desporto e à habitação, por um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, na luta contra todas as discriminações, formas de exploração e opressão, pela transformação da realidade concreta e pela construção de

um futuro mais justo, hoje como há 100 anos, jovens de todo o país, decidem tomar em mãos o destino das suas vidas. De Bragança ao Algarve, por vilas, aldeias ou cidades, todos os dias alguém desperta para a necessidade de transformar o mundo, e encontra aqui, no PCP, a única ferramenta, o único coletivo, o único partido capaz de o fazer.

No centenário do PCP, dia 6 de Março, fizemos 100 iniciativas do Partido, representando 100 anos de existência, bem como uma importante campanha nacional de fundos e uma determinante acção de reforço da organização que já decorrem e nas quais temos que nos empenhar. Mas, porque diferente é o nosso Partido e a nossa história, diferente não poderia deixar de ser também a forma como assinalamos o seu centenário.





Fazemo-lo e fá-lo-emos todos os dias, não só na televisão, na internet, nos grandes comícios e ações, mas também e sobretudo, no local de onde a juventude e o povo nos conhecem e onde nos tratam por tu: nas ruas, nas escolas e locais de trabalho, organizando e esclarecendo para a luta em torno dos problemas e reivindicações concretas dando corpo e sentido à existência deste partido e à comemoração dos seus 100 anos.

É uma festa de luta este centenário, porque não há conquista ou avanço para os trabalhadores, o povo e a

juventude em Portugal que não esteja direta ou indiretamente ligado à intervenção do PCP e à luta de massas. Tenha sido durante o fascismo, perante o qual não capitulamos, e a que sempre e por vezes sozinhos demos combate, na madrugada libertadora de Abril, para a qual fomos o maior e mais decisivo contribuidor, ou na defesa das conquistas que pelas mãos do nosso povo desse dia imanaram. Pela Liberdade, a Democracia e o Socialismo, sempre lutou um partido que, sendo quase centenário, é o mais jovem partido Português,

porque desde sempre teve uma profunda identificação com os sonhos e aspirações juvenis, inseparáveis do seu ideal de liberdade, justiça, paz, solidariedade e fraternidade.

A juventude e o povo sabem que podem contar com o PCP para as batalhas de todos os dias, para a edificação de uma sociedade mais justa, para construção de uma democracia avançada com os valores de Abril no futuro de Portugal, pelo direito a sermos felizes, pelo socialismo e o comunismo.

“

*É a confirmação pela prática que, volvidos 100 anos do acontecimento mais marcante da história do movimento operário português, a marcha da história não foi interrompida, o sonho é, todos os dias, possível de ser concretizado em vida*



# AUTO-DETERMINAÇÃO DE GÉNERO PELA LIBERDADE DE SERES QUEM TU ÉS!

**N**A ÚLTIMA década verificaram-se avanços na discussão relativamente ao direito à auto-determinação de género. Destes avanços destacamos a aprovação da lei 7/2011 na AR que consagra o procedimento da mudança de sexo e nome próprio no registo civil como acto administrativo, até então as pessoas transexuais eram obrigadas a colocar o Estado Português em tribunal. Destacamos ainda que para a OMS as características de diagnósticos às pessoas trans deixam de ser classificadas como “doenças de personalidade e comportamento” e passam a ser “condições de saúde sexual”. Para a JCP e para o PCP estes avanços são uma garantia do respeito pela dignidade da pessoa humana.

❗ A luta contra as discriminações e preconceitos, nomeadamente em função da orientação sexual e da auto-determinação de género, ao direito de cada um a expressar a sua identidade sexual, a viver a sua sexualidade livre de discriminação ou coacção, são razões pelas quais a juventude se movimenta tendo conquistado a implementação da educação sexual, passo importante no combate ao obscurantismo e no direito da juventude à informação sobre importantes domínios da sua sexualidade.

❗ O combate à discriminação com base na auto-determinação de género e a luta pela concretização deste direito, não podem ser feitos de forma isolada da luta organizada pelo fim do sistema capitalista. O capitalismo é um sistema que cria e perpétua todas as formas de discriminação de opressão e dominação, que

reprimiu a sexualidade de uns e que catologou e difundiu a ideia de que as características das pessoas transexuais correspondiam a doenças do foro psicológico.

❗ A luta pela plena concretização do direito à auto-determinação de género também passa pela defesa de um Serviço Nacional de Saúde público, universal, geral e gratuito, pois garante médicos, psicólogos e outros técnicos para acompanhar as pessoas trans no que for necessário e o acesso à terapia hormonal para as mesmas. É também a luta pela efectivação da educação sexual nas escolas, assim será possível combater discriminações através do esclarecimento e desmistificações sobre a auto-determinação de género e a sexualidade para todos os jovens.

❗ É também a luta pela concretização do direito ao trabalho e ao trabalho com direitos combatendo a exploração a que as camadas mais frágeis da sociedade são sujeitas.

❗ Negar a relação dialéctica entre, a luta pela concretização do direito à auto-determinação de género, a luta pelo fim de todas as discriminações e a luta de classes, é atacar a unidade na luta da juventude e dos trabalhadores, caindo no esquema e na natureza do capitalismo que procura divisões dentro da classe operária para se perpetuar e maximizar o seu lucro.

❗ É apenas com a luta organizada com objectivos concretos, a luta de classes, que será possível conquistar uma sociedade sem discriminações, sem exploração do Homem pelo Homem, uma sociedade sem classes, o Socialismo, onde todos terão direito a ser quem são.

“

***O combate à discriminação com base na auto-determinação de género e a luta pela concretização deste direito, não podem ser feitos de forma isolada da luta organizada pelo fim do sistema capitalista.***



# N OS DIAS

15 e 16 de Maio, realizar-se-á o XII Congresso da JCP no Ateneu Artístico Vilafranquense em Vila Franca

de Xira. Nesses dias os jovens comunistas encontrar-se-ão para discutir a situação da juventude portuguesa e traçar as linhas gerais da acção da organização e desenvolvimento da luta juvenil.

É um Congresso que se constrói nas ruas e nas reuniões, que se quer não de um punhado de camaradas, mas sim de toda a organização, fazendo juz à profunda e democrática discussão interna. E a espinha dorsal desta discussão é o Projecto de Resolução Política, aprovado para a discussão por toda a organização na reunião da Direcção Nacional de 30 de Janeiro.

A razão pela qual dizemos que o nosso congresso é diferente dos outros, que a nossa própria organização é fundamentalmente diferente das outras, encontra as suas bases neste projecto e no processo que leva à sua construção. Esta é a expressão maior da nossa filosofia fundamental de organização,

# PRP

## Projecto de Resolução Política

### PAPEL DETERMINANTE DO PCP PELOS INTERESSES DO POVO E DOS TRABALHADORES

o centralismo democrático.

Ao longo dos vários meses que antecedem o Congresso, este projecto é elaborado, primeiramente pela direcção da JCP, que lhe dá uma estrutura e forma iniciais, e seguidamente por todos os camaradas da organização que, em reuniões de colectivo, plenários e outros momentos, são incumbidos da tarefa de o enriquecer com as suas experiências, reflexões e opiniões. É então

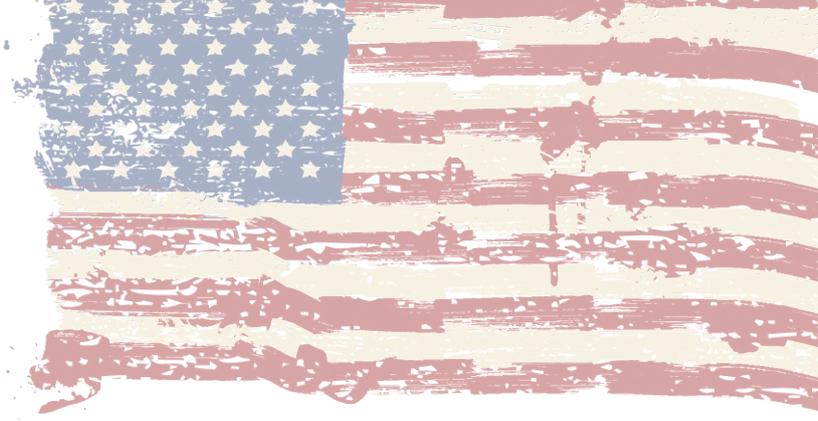
construída uma versão final que é colocada á aprovação do congresso.

Como tal, é crucial lembrar as circunstâncias em que esta discussão terá agora lugar. Diferindo de outros congressos, neste, em consequência da crise sanitária, apenas os delegados eleitos poderão estar presentes. Durante este período de estados de emergência e confinamento, também a realização das reuniões e plenários para discussão deste projecto encontra

obstáculos, porém, nenhuma destas dificuldades nos pode impedir de consumir aquela que é uma tarefa de enorme importância na vida da nossa organização. Devemos sempre trabalhar no sentido de encontrar formas criativas de conciliar as pedras no caminho com os objectivos e assim conseguir levar esta discussão a todos os camaradas.

Desengane-se quem pensar que, na nossa organização, as decisões são tomadas em salas escuras por uns poucos indivíduos poderosos. Para nós, comunistas, o processo meticoloso de construção e discussão deste PRP é a prova definitiva da falsidade de tais concepções. Neste processo não há experiências inválidas, ou reflexões proibidas, não há opiniões descabidas nem contributos menores. Deve haver apenas a honestidade, por parte de cada camarada, para apresentar e defender os seus pontos sobre este projecto, pois a sua riqueza não vem da variedade das vivências dos camaradas que o discutem.

Este documento, e este congresso, espelharão as lutas passadas e futuras da juventude portuguesa face a este período tão difícil das nossas vidas. Definirão as linhas de acção e de análise que nós, enquanto organização, seguiremos nos quatro anos que aí vêm. Não há como exagerar a sua importância na vida do nosso colectivo partidário. Lê-o, participa, e constrói o congresso. Nesta discussão, todos não somos demais.



**N** O MEIO da imensa cortina de fumo mediática, a discussão das eleições presidenciais nos EUA,

mostrou-se estéril, panfletária e ficámos sem perceber o que realmente distinguia os dois candidatos. Mas mais importante do que perceber as diferenças entre as duas faces da mesma moeda, surgiu em muitos a questão de como funciona o sistema eleitoral norte-americano.

Para esta análise, convém deixar bem claro, que a intenção dos chamados pais fundadores, aquando da elaboração da Constituição, nunca foi a de construir uma democracia, nem mesmo a de tipo liberal. Como afirmou James Madison, um dos “pais fundadores” dos EUA, o objectivo do documento era servir como base para um aparelho de Estado que garantisse a protecção da propriedade privada dos “leveling impulses” das várias camadas da sociedade a que hoje podemos chamar de anti-monopolistas e que nos anos anteriores se tinham amotinado em grande parte dos estados do país, descontentes com a excessiva carga tributária e as limitações de carácter económico à livre participação em cargos públicos.

A Constituição aprovada em 1787 é um documento que serve os interesses da classe dominante. É com base neste documento que surge um sistema eleitoral desenhado para facilitar o crescimento e acumulação de riqueza, mas que impede, através de vários pesos, contrapesos e vetos, a

**N** E participação e aprovação de medidas que, aos olhos desta classe, possam constituir um entrave à sua agenda de presente e de futuro. O sistema eleitoral construído com base na Constituição, apesar de esta ser bastante vaga no seu conteúdo, torna praticamente impossível a participação de outros partidos para além dos dois principais nos pleitos.

As leis eleitorais dos Estados, praticamente imutáveis na sua essência ao longo dos séculos, criam constrangimentos à participação, logo no processo de candidatura. Para se serem representados nos boletins de voto, é exigido aos pequenos partidos, que apresentem, como se verifica no caso da Pensilvânia, cerca de trinta e seis mil assinaturas num prazo de três semanas, enquanto que no Maryland são exigidas cinquenta e cinco mil. Ao longo dos anos, as leis eleitorais, por serem fruto de uma Constituição propositadamente vaga, permitiram a arbitrariedade dos legisladores na interpretação e aplicação das mesmas, sendo em muitos casos necessária a subscrição de 5% dos eleitores de cada distrito do estado para se efectivar a candidatura.

Apesar da lei máxima do país, excluir pré-requisitos de ordem económica para se apresentar uma candidatura a

um cargo público, a realidade é que a desproporcionalidade de recursos e de tratamento, consoante esses mesmos recursos, constitui o maior entrave à participação de indivíduos e partidos sem ligação à máquina montada. Por exemplo, para um cidadão apresentar uma candidatura como independente, é necessário que pague, num estado como o Louisiana, cerca de cinco mil dólares em taxas. Para um pequeno partido participar nas eleições nos cinquenta estados, necessita desembolsar perto de um milhão de dólares nestas mesmas taxas e recolher perto de um milhão e meio de assinaturas.

Na Carolina do Sul, em 1787, era necessário ter um património avaliado em cerca de um milhão de dólares (números de acordo com a inflação) para poder ser candidato a um cargo público. Na eleição de 2020, o candidato derrotado, angariou cerca de 130 milhões de dólares.

Por isso, podemos afirmar, que o sistema é uma importante ferramenta na manutenção da exploração e opressão do povo dos EUA. Mas é neste quadro que, estamos certos, o povo norte-americano continuará a sua luta por uma verdadeira alternativa política nos EUA.

“

***A luta por uma verdadeira alternativa política ainda não foi consumada, e até lá, será o grande capital a vencer as eleições nos EUA.***

# CONTRA O VÍRUS DO CAPITALISMO

## O MERCADO INTERNACIONAL DAS VACINAS

ARA ALÉM

**P** de outras importantes e urgentes medidas, uma das formas mais eficazes de combate à

pandemia de COVID-19 é concretizar, o mais rapidamente possível, o processo de vacinação, em cada país, em todo o mundo.

■ A vacinação é essencial para salvar vidas. É essencial, também, para retomar mais pronta e plenamente a atividade económica e social, sem os pesados constrangimentos actuais e os decorrentes prejuízos.

■ Num quadro mundial que se caracteriza pelo domínio hegemónico do capitalismo e pela permanente subjugação

dos interesses dos trabalhadores e dos povos aos do grande capital monopolista e dos mercados, o processo da vacinação vem uma vez mais pôr a nu as profundas injustiças e assimetrias características deste modo de produção.

■ Observemos a forma despuorida como as grandes multinacionais da indústria farmacêutica tiram partido desta situação calamitosa para aumentar as suas margens de lucro. A não partilha de conhecimento científico, produzido não poucas vezes à custa do financiamento dos estados, negando aos povos a possibilidade de, cada um que assim o queira, conseguir produzir as suas próprias vacinas e responder mais rapidamente às necessidades das populações é disso

exemplo. A prevalência da lógica da “fila do talho” em que aquele que chega primeiro ou que dá mais consegue levar as vacinas, produz fenómenos verdadeiramente chocantes. Constatamos, por exemplo, que apenas 10 países administraram 75% de todas as vacinas, enquanto simultaneamente, há 130 países aos quais estas ainda não chegaram. Israel, Reino Unido e Emirados Árabes Unidos, estão à frente da vacinação contra a COVID-19, enquanto o resto do mundo, incluindo países da UE, está atrás.

■ Para que se perceba bem a que nível chega a perversidade do sistema capitalista na sua fase de desenvolvimento imperialista, olhemos para o exemplo de Israel. Esta grande potência científica, muitas vezes utilizada como exemplo no plano do processo de vacinação, escolheu começar a negociar vacinas com os seus aliados, usando-as até como peça no xadrez geopolítico da região, antes de as disponibilizar ao povo palestiano.

■ Em contraciclo, Cuba socialista, numa tremenda demonstração de solidariedade internacionalista, bem encaminhado que está o processo de vacinação no seu país (com 4 vacinas a serem desenvolvidas pelos laboratórios cubanos, exemplo único no campo dos denominados

países em desenvolvimento), avança agora com a produção de 100 milhões de doses da vacina *soberana 2* a distribuir por países como a Venezuela, o Irão ou o Vietname, bem como com a promessa de que todos os turistas que visitarem a ilha da liberdade terão, se assim o pretenderem, direito à administração da vacina gratuitamente.

■ A maior contribuição que os comunistas portugueses podem dar no combate a este sistema explorador que perpetua as desigualdades e a injustiça é a luta por um país mais justo, desenvolvido e soberano e pela libertação das amarras da UE. Estes negócios ruinosos que apenas servem os interesses de meia dúzia de farmacêuticas, privando Portugal do acesso às mais de 170 vacinas atualmente a serem desenvolvidas, não estão, ainda por cima, a ser cumpridos pela parte das multinacionais. Desprovidos da capacidade de comprar vacinas a quem bem entendermos e de as produzir no nosso próprio país, fica cada vez mais claro o quão urgente é recuperar instrumentos de soberania e orientar a política nacional no sentido da satisfação das necessidades dos trabalhadores e do povo, do desenvolvimento económico e da concretização do Portugal de Abril, mais justo, desenvolvido e soberano.



## A ACTUALIDADE DO DESPORTO PORTUGUÊS

DESPORTO

**O** é uma das áreas que mais jovens mobiliza em Portugal e também uma das que enfrenta mais problemas.

■ Em Portugal, as políticas de cortes dos governos PS, PSD e CDS abrangem vários sectores da sociedade e o desporto é foi excepção. O desporto tem sido caracterizado pela existência de uma rede de instalações precárias, e concentrada no litoral, pela falta de condições dos clubes e associações, a qual incentiva a procura de investimento privado e aliada às crescentes dificuldades do associativismo desportivo, e pela sua mercantilização.

■ Além disso, a falta de incentivo à actividade física e

prática desportiva decorre não só da falta de motivação perante a prática desportiva, em virtude da mercantilização do desporto e que acelerou a hierarquização gradual dos imperativos do rendimento sobre os imperativos da participação, mas também nas dificuldades de conciliação dos horários das aulas (caso dos estudantes e dos alunos) e o horário de trabalho com a prática desportiva.

■ A crise epidémica veio trazer novos problemas e agravar os já existentes, desde as dificuldades económicas dos clubes para poderem inscrever atletas, pagar seguros, exames

médicos e inscrições, até à prática desportiva fora de um contexto federado e enquanto meio de valorização humana e factor de desenvolvimento da personalidade e democratização da vida social.

■ O desporto escolar é outro sector do desporto que enfrenta problemas dos mais variados. A falta da variedade de modalidades aliada à falta de equipamentos nas escolas leva à obsolescência do desporto escolar quando este deveria o espaço ideal para o desenvolvimento da vertente educativa e formativa do desporto.

■ Esta posição defende que a

escola (e a educação física) têm que ter um forte papel de destaque, o que exige a sua valorização (material, financeira e humana). Contudo, a desvalorização da educação física e da educação, seja no plano orçamental, seja no plano legislativo (caso da Lei Quadro do Sistema Desportivo da Madeira), tem vindo a criar fortes entraves e prejudicar o papel integrador e pedagógico do desporto.

**ASSIM, UMA BOA POLÍTICA DESPORTIVA NÃO É A QUE GANHA TÍTULOS MAS SIM A QUE INCENTIVA E OFERECE BOAS CONDIÇÕES PARA A PRÁTICA DESPORTIVA**

## A CULTURA NÃO É UM LUXO!

AMBÉM

**T** um espectro tem continuamente pairado sobre a cultura em Portugal. Infelizmente, é o do subfinancia-

mento. Já dizia Béla Bartók, que “competições são para cavalos, não para artistas”, e, num quadro em que se verifica a total desvalorização do papel da cultura; em que os seus trabalhadores são empurrados para o canto dos descartáveis; em que um artista

singular é forçado a competir com entidades culturais de topo ou companhias já históricas, sabendo que não lhe será atribuída nem migalha, do bolo já em si insuficiente, a afirmação de então, ganha um novo sentido.

■ Urge deixar de brincar à caridadezinha com a cultura e pôr fim à precariedade a que as políticas de direita condenam os artistas nacionais. Urge o aumento das verbas do Estado e a responsabilização deste, pela garantia de um direito previsto na Constituição da República Portuguesa. Posto

isto, o PCP, o partido de todos os trabalhadores, é também o partido dos trabalhadores da cultura, e aquele que se bate por um mínimo de 1% do OE para o sector. O partido que, sabendo que os problemas de hoje não caíram do céu com a pandemia da Covid-19, mas são consequências do subfinanciamento estrutural, propôs a transferência de verbas para o financiamento do ICA e da Cinemateca assegurando os respectivos custos; o aumento das bolsas de criação literária; o reforço das bibliotecas públicas e da

rede de museus; o alargamento da gratuitidade de entrada em museus, palácios e monumentos nacionais; apoios às mais distintas áreas, da actividade circense às orquestras regionais e aos programas co-tutelados pela educação e a cultura; a revitalização de monumentos.

■ A cultura não é aquilo a que recorreremos para nos entreter. É um pilar da democracia e do povo. Um país sem cultura não vive – sufoca. Desvalorizá-la é um atentado à democracia e à Constituição de Abril. A JCP está com os trabalhadores da cultura, na linha da frente desta luta pelas respostas concretas que tardam em ser dadas neste sector.

■ E como canta a palavra de ordem: a cultura é um direito, sem ela nada feito!

# ex-citações...

*“Tenho vergonha que António Costa não aprenda com Pedro Passos Coelho aquilo que é gerir o país em tempo de crise” - André Ventura (AV)*

Às vezes parece que os comunistas têm um oráculo, mas na verdade têm só instrumentos de avaliação da realidade. A declaração vociferada por AV na AR confirma a avaliação do PCP a respeito do Chega e da Iniciativa Liberal - são sucedâneos dos partidos de direita (PSD e CDS) e cada vez escondem menos. Assim, num berrar populista dito novo mas de barbas brancas, AV (ex-PSD) e o seu novo partido “anti-sistema”, entre os vários tipos de saudosismos trouxe ao de cima o passista e as infelizes memórias da austeridade e de ataques aos trabalhadores. As saudades são tantas que ainda iremos ver AV a matricular-se no ISCSP só para conseguir estar mais perto do homem que o lançou.

*“Houve uma parte substancial das pessoas em Portugal que não perderam rendimentos, toda a burguesia do teletrabalho” - Susana Peralta*

Numa entrevista ao Jornal I, Susana Peralta vem dar a receita para virar trabalhadores contra trabalhadores. Já havia um grupo de iluminados pseudo-progressista que enverdavam pela narrativa do privilégio relativamente aos trabalhadores que entravam em layoff ou sobre os trabalhadores que eram colocados em teletrabalho, mas a Susana Peralta eleva a fasquia ao dizer que quem trabalha desde casa, quem continua a ser explorado, quem vê as contas a aumentar, quem vê os horários a ficarem desregulados, quem vê atacado o subsídios de alimentação, quem continua a ser assalariado passa a ser burguês. Como se tal não bastasse, vem ainda propor um imposto sobre esse trabalhadores. A verdade é que a vida é feita de opções. Susana Peralta, não sendo inocente, não escapa a elas. Sabe bem que, enquanto os trabalhadores continuam a ser explorados e privados dos seus direitos, os verdadeiros detentores de capital, os burgueses, continuaram a ficar mais ricos, mas propor uma taxa sobre megalucros é uma coisa radical para a elite do pensamento progressista da academia. É mais fácil colocar trabalhadores contra trabalhadores para a verdadeira burguesia reinar.

CENTENÁRIO  PCP



# FUTURO

# TEM PARTIDO

LIBERDADE • DEMOCRACIA • SOCIALISMO



## adere à JCP!

NOME \_\_\_\_\_

ESCOLA / EMPRESA \_\_\_\_\_

TELEMÓVEL \_\_\_\_\_ E-MAIL \_\_\_\_\_